



Origens e a Eco 92

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a nascer nos anos 1970, quando, além de perceber que o clima poderia estar sendo afetado, a sociedade passou a se questionar sobre a idéia do progresso à custa da devastação ambiental. Entre os movimentos políticos da época, em plena Guerra Fria (veja matéria na pág. 30), surgia o “novo ambientalismo”, chamando atenção para as consequências devastadoras do modelo industrial moderno.

A Conferência de Estocolmo da ONU reuniu-se em 1972 para discutir os problemas ambientais do planeta. No Brasil, era a época do milagre econômico, sob a ditadura militar e suas grandes obras, como a Transamazônica. Dois dos resultados da conferência, na qual o Brasil compareceu, foram a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, que deu origem ao atual Ministério do Meio Ambiente, e o início no país da ação organizada em defesa da natureza.

Na época, a criação das organizações não-governamentais (ONGs) foi também uma forma de jovens se agruparem para iniciar uma militância ambientalista. Mas as ONGs começaram a ganhar importância mais tarde, nos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, a

A Carta da Terra, aprovada na Eco 92, define a responsabilidade de todos os países em proteger e restaurar a ordem natural do planeta



PEDRO MARTINELLI

TERRA PÚBLICA

Produtores de castanha trabalham na reserva de desenvolvimento sustentável do rio Iratapuru, no Amapá

Eco 92 (também chamada de Rio 92), que demonstrou o crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta. Na ocasião, delegações de 178 países discutiram mecanismos para promover o desenvolvimento sustentável, regras para uso e proteção da biodiversidade, o combate ao aquecimento global e a soberania sobre florestas.

A Rio 92 propôs um acordo sobre

alguns princípios básicos, expressos na Carta da Terra, que estabelece “a responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra, para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais”. Adotou-se também a Agenda 21, um compromisso dos governos em relação a um conjunto de políticas voltadas para os desafios do século que iria iniciar-se, além

de tratados internacionais destinados a enfrentar as mudanças do clima e defender a diversidade biológica. Os limites da Rio 92 estavam no fato de não poder estabelecer metas de cumprimento, que ficaram a cargo de reuniões posteriores (veja matéria na pág. 50).

Consciência ambiental

Assim, nos últimos anos, o grave erro na base dos modelos de produção econômica poluidores e destruidores da natureza tornou-se mais evidente. Se nunca houve tanta riqueza e fartura em algumas partes do mundo, em muitas regiões aumentaram a degradação ambiental, a poluição e a miséria. O relatório Avaliação Ecossistêmica do Milênio, divulgado pela ONU em 2005, mostrou que os efeitos nocivos do desequilíbrio ambiental são maiores justamente para as populações mais pobres, vulneráveis às variações climáticas e às crises na produção de alimentos. O relatório traça um quadro preocupante do cenário global e afirma que o mundo não vai atingir as Metas do Milênio da ONU de redução da pobreza até 2015 se não mudar, e rápido, a maneira como trata a natureza.

A boa notícia é que a consciência ambientalista evoluiu e se popularizou, passando progressivamente a fazer parte da vida cotidiana. Hoje, em boa parte dos países não se podem fazer grandes obras sem medir o impacto ambiental. Evidentemente, não se trata de viver isolado, sem luz elétrica nem produtos industrializados. O desenvolvimento sustentável não propõe uma volta ao tempo das cavernas, mas, sim, uma opção por uma sociedade economicamente equilibrada, com energia renovável e racionalização no uso dos recursos naturais. Isso vale para as políticas dos países, das empresas e dos cidadãos. Inclui, entre outras coisas:

- o uso racional de água e energia, sem desperdícios;
- a produção de alimentos com qualidade;
- a utilização de madeira certificada, para garantir aos consumidores que os produtos foram obtidos de forma legal, sem desmatamento predatório;
- a prioridade para o transporte coletivo;
- o controle da poluição do ar e da água;
- o tratamento de esgoto e dos efluentes industriais;
- a reciclagem de lixo; e
- a preservação dos ecossistemas.

Formas de enfrentar o acúmulo de lixo da sociedade moderna

Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma, diz a Lei da Conservação da Massa, do químico Antoine Lavoisier (1743-1794). Aplicada aos novos tempos, ela está na base da filosofia da reciclagem, um dos maiores símbolos do desenvolvimento sustentável. Isso porque, na sociedade do desperdício, parte do que sobra é jogada de volta para a natureza, acumulando-se em lixões, aterros ou em amontoados próximos a córregos e estradas, contaminando solos, atingindo rios e praias e entupindo bueiros das cidades. Diversas doenças, como a dengue e a diarreia, estão associadas à falta de saneamento e ao acúmulo de lixo.

É preciso reconhecer a grandeza do problema: com a humanidade passando dos 6 bilhões de pessoas, e várias cidades no mundo com milhões de moradores, a produção maciça de lixo virou um problema colossal, cuja resolução desafia a sociedade moderna.

Atualmente, uma solução bastante adotada é depositar o lixo em aterros sanitários. São áreas nas quais os resíduos são dispostos de forma planejada, compactados e cobertos por terra, em um lugar licenciado e fiscalizado por órgãos ambientais. Terrenos assim têm sistemas de drenagem que captam líquidos e gases resultantes da decomposição dos resíduos orgânicos, evitando maiores danos ao solo. São caros e de uso limitado.

Outra porção do lixo é destinada aos aterros controlados, com critérios menos rígidos de manutenção. São aceitos pela

maioria das agências ambientais, desde que sigam procedimentos obrigatórios, como a cobertura dos resíduos, o bloqueio ao acesso de estranhos e o conhecimento sobre a procedência e o tipo de material que chega ao local.

A melhor solução para o lixo, porém, é reaproveitá-lo para fazer novos bens, reduzindo a sobrecarga dos depósitos. O reaproveitamento do lixo envolve o princípio dos “3 Rs”: reduzir, reutilizar, reciclar. Isso significa:

- reduzir a produção de resíduos, com a adoção de novos hábitos de compra;
- reutilizar potes, vasilhames, caixas e outros objetos de uso cotidiano e o material neles contido;
- reciclar o lixo descartado após o consumo, transformando-o em matéria-prima industrial para nova fabricação.

Para que seja reciclado, o lixo deve ser descartado de forma seletiva e entregue em postos distribuídos pelas prefeituras (quando existem) ou por empresas em locais predefinidos, doados a entidades que recebem material desse tipo e na forma estabelecida pelos programas porta a porta.

O Brasil é um dos países que mais reciclam o lixo, a exemplo das latinhas de alumínio (87% são recicladas). Apesar disso, segundo dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), apenas 327 dos mais de 5 mil municípios brasileiros mantêm serviços de coleta seletiva, e apenas 11% dos resíduos urbanos produzidos no país são reciclados. Ainda há um longo caminho pela frente.



ANDRÉ VALENTIM

SÉCULO XXI Operário prepara cartucho usado de impressão para reutilização, em fábrica fluminense

Os principais produtos recicláveis

	Vidro	Papel	Plástico	Metal
ORIGEM	Garrafas, potes de alimentos, frascos de remédios e de perfumes. Cacos de vidro	Revistas, jornais, papéis variados, caixas de papelão (de todos os tipos)	Garrafas PET, potes (de todos os tipos), tampas, embalagens, sacos (de leite, arroz etc.)	Latas de aço e alumínio, tampas, arames, fios, grampos, pregos, tubos de pasta, alumínio, cobre
UTILIDADE	Volta a ser usado infinitas vezes sem perder as características	Transforma-se em papel reciclado para agendas, cartões e caixas de papelão	Matéria-prima de fibras têxteis, tubos, artefatos plásticos, cordas, cerdas de vassouras, carpetes	O aço volta a ser usado sem limites. O alumínio pode ser reusado em latas e autopeças

Fonte: Como Cuidar do Seu Meio Ambiente - Editora Bei, edição e texto Rita Mendonça, 2004

Não pode ser reciclado

Espelhos, vidro de janela e de boxe de banheiro, vidro de automóveis, cristais, lâmpadas, vidro temperado, ampolas de remédios, celofane, espuma, fraldas descartáveis, pilhas, latas enferrujadas, papel higiênico, guardanapos com restos de comida, papel laminado e plastificado, papel-carbono

Quanto tempo leva para se degradar na natureza

Papel	3 a 6 meses
Pano	6 meses a 1 ano
Filtro de cigarro	5 anos
Chiclete	5 anos
Lata de aço	5 a 10 anos
Madeira pintada	13 anos
Náilon	Mais de 30 anos
Plástico	Centenas de anos
Alumínio	Centenas de anos
Vidro	Mais de mil anos
Borracha	Indeterminado

